DOSSIÊ

OS DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

THE DEVELOPMENT OF EDUCATION POLITICS IN THE PERIOD OF THE MILITARY DITCTATORSHIP FOR BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Niágara Vieira Soares Cunha [10]
Marcel Lima Cunha [11]

Submissão: 15/12/2017 Revisão: 13/01/2018 Aceite: 21/01/2018

Resumo: O objetivo deste estudo é compreender os desdobramentos da política educacional para o Ensino Superior no Brasil no período da ditadura militar. Como metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica. Observamos que o regime militar conseguiu impor a subordinação da universidade ao matiz taylorista do capitalismo com sua lógica de hiperprodutividade, privatização do ensino superior e redução dos investimentos.

Palavras chave: Reforma universitária. Política educacional. Ensino Superior. Ditadura Militar.

Abstract: The purpose of this study is to understand the developments of educational policy for Higher Education in Brazil from the period of military dictatorship. The methodology we use bibliographical research. We observe that the military regime was able to impose the subordination of the university to the taylorist tint of capitalism with its logic of hyperproductivity, higher education privatization and investment reduction.

Keywords: University reform. Educational politics. Higher education. Military dictatorship.

[10] Mestre em educação e discente do doutorado em educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar – GEPEFE/UECE. Professora Assistente com dedicação exclusiva da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: niagaravscunha@gmail.com

[11] Doutor em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Assistente com dedicação exclusiva da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: marcel_cunha2003@yahoo.com.br

Introdução

O presente artigo é um estudo que delineia uma compreensão sobre os desdobramentos da política educacional para o Ensino Superior no Brasil destacando o período da ditadura militar e considerando, especialmente, o percurso que culminou na reforma universitária de 1968.

Inicialmente é importante considerar que em 1964, o Estado brasileiro adquiriu forma militar com as Forças Armadas a frente de todo processo decisório na execução de planos considerados estratégicos. Toda atividade desempenhada para operações de manutenção do Regime Militar, com isso, tinham como justificativa,

> [...] a necessidade de defender uma concepção de mundo (que asseguram ser de interesse da Nação), baseada em princípios universais, (e, como tal, "neutra"), desinteressada (e, como tal, "justa") possibilitando, assim, igualdade entre todos os membros do todo societário. Os planos elaborados, então, estão supostamente "a serviço dos objetivos da sociedade brasileira" e, como tal, respeitam os "valores humanos e a identidade nacional da cultura brasileira (Oliveira, 1981, p. 79).

Em consonância com o exposto acima, com o passar do tempo as censuras foram sendo efetivadas, como a censura a imprensa, ao teatro, a música, entre outras. O governo militar se proclamava, com isso, defensor da moral e dos bons costumes não deixando que notícias ou programas considerados impróprios fossem veiculados. Com essa tática política, o Governo queria sanar as críticas diretas ao Golpe de Estado de 1964, reprimindo os atos, manifestações e censurado a veiculação de atividades desempenhadas contra o Regime Militar.

Para tal regime, portanto, era muito preocupante as notícias de cunho político e social que mostrassem o Brasil de fato, como por exemplo, os atos repressivos, as condições desumanas em que viviam muitos trabalhadores, a reação da esquerda, assaltos a bancos, sequestros e organização de guerrilhas. Eram notícias que, de certo modo, difamariam a imagem de um regime

instaurado, que pregou a transformação e elevação da condição social dos brasileiros e, sendo assim, essas informações não poderiam ser veiculadas, sem passar pelo crivo da censura.

Foi com esse pano de fundo que o governo edificou e autorizou as reformas educacionais, como a Reforma Universitária (4.024/68) e a Reforma do 1º e 2º graus (5692/71). A reforma universitária, particularmente, serviu aos militares para manter certos limites aos "subversivos" e ao movimento estudantil, em um momento em que a educação servia como um importante mecanismo de transmissão da ideologia estabelecida pela Escola Superior de Guerra (ESG)[12] seguindo os princípios de Segurança Nacional (Oliveira, 1981).

Na análise de Cunha (1988), o Regime Militar teve a preocupação de realizar uma reforma na educação brasileira no sentido de desmobilizar e desmantelar uma perigosa fonte oposicionista ao Governo: a Universidade. Em contrapartida, existia uma necessidade de expandir o Ensino Superior para aumentar e melhorar a infraestrutura demandada pela indústria nascente, contudo, essa carência esbarrava na falta de verbas destinadas às instituições públicas.

O Plano do Governo no âmbito das reformas educacionais, contudo, não passou inerte aos professores e estudantes. Esses últimos, mesmo com a União Nacional de Estudantes (UNE) na ilegalidade, se articularam em congressos com o intuito de discutir a conjuntura sócio-política do Brasil e aprovar às diretrizes que dariam base para as mobilizações, atos e as demais intervenções da entidade.

Ainda dentro desse contexto de Regime Militar, percebeu-se também uma grande efervescência cultural em vários setores, com destaque aos campos

[12] A Escola Superior de Guerra foi fundada em 1948 sob o impacto da Segunda Guerra Mundial e da experiência expedicionária brasileira na Itália com os "pracinhas" brasileiros servindo sob o comando do Exército dos Estados Unidos da América. Com isso, esses oficiais fundaram a ESG para ser um laboratório de ideias rumo à efetivação de um Brasil Potência sob a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a ESG seria também um centro preparatório das elites que conduziriam o Brasil a esse "inevitável" destino (Figueiredo Filho, 2005).

da música popular e do teatro. O que, em meio ao período mais repressivo da ditadura militar, à censura e a violência repressiva, levava a condução dos envolvidos com a cultura no Brasil a se dividirem em dois pólos: o que defendia a luta armada e o outro a favor da diplomacia (Costa e Sergl, 2007).

Feitas essas considerações iniciais, vale destacar algumas questões que orientaram os nossos esforços investigativos. Privilegiamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica onde temos acesso aos dados e estudos escritos em livros e artigos que se referem ao objeto de estudo desta pesquisa. Nessa perspectiva é importante frisar que, para nossa investigação, demos especial atenção para algumas bibliografias praticamente contemporâneas a época investigada por conta dos seus autores possuírem naquele momento uma maior proximidade com os fatos, como trabalhos das décadas de 1980 e 1990.

Além das bibliografias citadas anteriormente, realizamos uma busca de artigos recentes sobre o tema no Portal de Periódicos Capes. Utilizamos, para tanto, os descritores Reforma Universitária e Ditadura Militar, o qual no primeiro momento nos possibilitou localizar 91 artigos. Fizemos a escolha por periódicos revisados por pares e esta segunda fase resultou em 41 artigos, que após uma leitura diretiva dos títulos e resumos que foram guiadas pelo o objeto de estudo em questão chegamos ao número de 05 artigos que foram incorporados a análise de nossa pesquisa.

Pesquisa esta que tem como objetivo identificar os desdobramentos da reforma universitária no período do regime autoritário resultante do golpe de Estado de 1964.

Ensino Superior no Brasil: a reforma educacional em pauta

No Brasil, segundo Cunha (1988), a Universidade foi inaugurada pelo Príncipe João quando criou instituições isoladas de ensino superior para a formação de profissionais de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808, de engenharia em 1810 na Academia Militar do Rio de Janeiro e, por fim, os

cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo que vieram a surgir em 1827, com Dom Pedro I.

O ensino superior no Brasil, dessa forma, se desenvolveu pela multiplicação das diversas faculdades isoladas, inicialmente com medicina, engenharia e direito. A partir do século XX, outras faculdades surgiram nesse quadro, mantendo a característica de centros isolados. Foram as faculdades de minas e metalurgia, odontologia, arquitetura, economia, serviço social, jornalismo, filosofia, ciências e letras (Cunha, 1988).

Por conta desse caráter fragmentado, as instituições brasileiras de ensino superior passaram a receber diversas críticas que perpassaram o período do Império, chegando a 1926 com Fernando de Azevedo que expressou a necessidade de integração da instituição universitária e a superação da estreiteza cultural resultante da especialização das faculdades na mera formação profissional (Cunha, 1988).

A preocupação com a falta de integração universitário se desdobraram e uma uma associação ao Estado Desenvolvimentista[13] que se desenvolveu fortemente até o final do século XX nas universidades públicas da América Latina. Podemos localizar esse fenômeno no Brasil a partir da Revolução de 1930, em "um modelo amplo de organização da sociedade a partir do Estado através da criação de um conjunto de agências e empresas estatais" (Trindade, 2007, p. 32).

Por este modelo fazer parte do universo dessas instituições e terem sido mantidos através das constituições de 1946, 1967 e parcialmente na de 1988, faz-se necessário compreender que a primeira característica da universidade brasileira é a constituição de um projeto estatal que segue as mesmas

[13] Para compreender o conceito de Estado Desenvolvimentista que foi utilizado inicialmente para estudar o desempenho econômico dos países do leste e do sudeste da Ásia ganham espaço na América Latina. Diversos autores alicerçados nas elaborações de Chalmers Johnson sistematizaram o conceito em três dimensões interligadas: contextual, institucional e volitiva. Vê mais sobre em: PERISSINOTTO, R. O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. Rev. Sociol. Polit. vol.22 no.52 Curitiba Oct./Dec. 2014.

características do Estado Desenvolvimentista (Trindade, 2007). E em que essa análise implica? Podemos localizar aqui a autonomia, pois esta mesmo reivindicada e concedida na década de 1930, fez com que as principais modificações ocorridas nas universidades públicas obedecessem uma lógica primariamente estatal. O que para Avritzer (2002, p. 15) apud Trindade (2007, p. 33)

> Será o estado que irá legislar sobre elementos fundamentais, tais como, a estrutura funcional (sistema de departamentos), a democracia interna (órgãos decisórios) e a forma de produção e reprodução do conhecimento (unidade entre ensino e pesquisa).

Ao final do século XX, as reformas educativas na América Latina caracterizaram-se por mudanças que cumprissem com certos modelos de financiamento e relações estreitas com o setor produtivo (Trindade, 2007). Os discursos sistemáticos sobre a reforma universitária, com isso, só tomaram forma no Brasil na década de 1960, com propostas de reestruturação para o ensino superior, pauta essa discutida por diversos setores da sociedade, havendo entre os elementos desse debate pontos de vista comuns e divergentes (Vieira, 1982).

Antes disso, faz-se necessário abordarmos a reforma universitária ocorrida na década de 1930, isso porque, na história da República no Brasil, as duas leis sobre educação superior que tiveram longa vigência foram promulgadas, a primeira, em 1931 e a segunda em 1968 (Trindade, 2007).

Em 1930, havia no Brasil somente duas universidades públicas, uma localizada no Rio de Janeiro e a outra no Estado de Minas Gerais e diante do contexto político e econômico da Revolução de 1930 duas pautas políticas no âmbito da educação foram postas em confronto: a liberal-elitista e a nacional-autoritária. Os conflitos que ocorreram entre estas duas correntes se desenvolveram entre 1930 e 1935, todavia, o autoritarismo prevalecia na esfera

do poder central e nos Estados de São Paulo e no Distrito Federal dominavam as ideias liberais (Trindade, 2007).

Em meio a esse cenário, em 1931, Getúlio Vargas e Francisco Campos assinaram o Decreto nº 19.851 que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras que trazia em seu artigo 2º a afirmativa que as universidades devem atender "primordialmente ao critério dos reclamos e necessidades do país" e devem ser orientadas "pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica" (Trindade, 2007).

O decreto estabelecia um formato geral para as universidades públicas brasileiras. Destacamos aqui alguns aspectos desse formato, como o contexto dos recursos financeiros que podiam ser concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares; no quesito organizacional as universidades deveriam ser administradas por um reitor e conselho universitário, sendo o reitor nomeado pelo governo devendo a escolha vir de uma lista tríplice organizada em votação uninominal pelos conselhos universitários; a carreira docente se estruturava com uma base hierárquica que seguia a seguinte ordem: "professores catedráticos, auxiliares de ensino, docentes livres e eventualmente de professores contratados" (Trindade, 2007, p.39). Por fim, os estatutos das novas universidades deveriam ser aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública e apenas ocorreriam modificações com propostas advindas do conselho universitário e Conselho Nacional de Educação (CNE).

Como já mencionado nesta seção, em 1930 existia no Brasil apenas duas universidades, mas o CNE entre os anos de 1932 e 1946 ampliou esse número passando a ser seis instituições universitárias (Trindade, 2007).

A ampliação foi acompanhada pela modernização, em meados de 1940, com forte influência do modelo educacional americano. Entre as várias iniciativas de modernizar o ensino superior, podem ser destacadas as seguintes: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) como modelo e em

funcionamento desde 1947, a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) em 1950, o papel desempenhado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir de 1951 e o caráter inovador da Universidade de Brasília (UnB) fundada em 1961 (Germano, 2000).

Durante o período de 1950 e 1960, em paralelo a todos estes acontecimentos, diversos movimentos culturais estavam se destacando em todo país, caracterizando uma época de grande efervescência na área da educação e cultura. Era um movimento em que organizações de educadores, artistas, militantes políticos, estudantes, entre outros, se aglutinaram em centros e movimentos que foram nomeados de cultura popular. Destacamos também o movimento sindical constituído através da mobilização do operariado e de agricultores em torno da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas (Costa e Sergl, 2007).

Para Saviani (2008) o Brasil, no início da década de 1960, produziu inúmeras situações que o autor caracterizou como período pré-revolucionário. A análise parte dos elementos políticos dispostos nos anos de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1960) como um período de grande euforia desenvolvimentista motivado por um plano de metas e um slogan "50 anos em 5", ou seja, "o alvo da política posta em marcha era completar o processo de industrialização do país" (p. 292).

Todo esse movimento já anunciava uma grande inquietação social motivada por uma série de crises políticas, como a decretação do Estado Novo em 1937, a queda de Getúlio em 1945, seu suicídio em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a tumultuada posse de João Goulart sob regime parlamentarista e depois a sua derrubada com o golpe de 1964 (Costa e Sergl, 2007).

Estes Centros Populares de Cultura e os Movimentos de Cultura Popular tiveram grande importância no Nordeste do Brasil. Entre os principais

movimentos implantados no Nordeste entre 1960 e 1964, merece destaque o Movimento de Cultura Popular (MCP) criado pela Prefeitura do Recife no Governo de Miguel Arraes. E nesse turbilhão cultural o Nordeste foi palco, em 1963, do Primeiro Encontro Nacional de Cultura Popular (Germano, 2000). O que oportunizou, a partir de 1964, este cenário de grande movimentação cultural e educacional que passou a sofrer duros ataques.

No âmbito educacional, em razão da insatisfação com a velha universidade, que até então vinha sendo acumulada no seio da intelectualidade mais progressista, surgiu a UnB no dia 15 de dezembro de 1961 com a Lei nº 3.998, na intenção de se tornar modelo para o resto do país em detrimento da universidade arcaica que era a referência vigente (Vieira, 1982).

A criação da UnB foi um marco importante que antecedeu a reforma universitária de 1968, sendo gestada a partir de uma matriz desenvolvimentista da educação e um plano orientador bem definido (Lira, 2012).

O Plano Orientador da UnB, nesse sentido, seria para que a instituição se tornasse capaz de eliminar a defasagem entre os requisitos básicos do desenvolvimento e a organização do ensino superior no Brasil. Foram previstas no Plano Orientador, para tanto, algumas características no sentido de alcançar o objetivo já descrito acima (Vieira, 1982). Destacamos algumas:

> A estrutura de Fundação, porque só esta poderia assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos (p. 33).
>
> Os Institutos e Faculdades seriam organizados em Departamentos que constituiriam as unidades básicas da universidade onde se reuniriam docentes coletivamente responsáveis pelas atividades de ensino e pesquisa, entre as quais deveria haver íntima associação (p. 26).
>
> Mestres inteiramente devotados ao ensino e à pesquisa, convivendo com seus alunos no campus comum, comporão o ambiente próprio à transmissão da experiência como, ainda, através do convívio e da interação pessoal, com o que se poderão plasmar mentalidades mais abertas, mais generosas e mais lúcidas (p. 24).

A UnB, dessa forma, projetada por Darcy Ribeiro e tendo como reitor Anísio Teixeira, tornou-se modelo de universidade que contrapôs um modelo segmentado pela justaposição de vários cursos, assim, sua estrutura se apresentava integrada, flexível, dinâmica e moderna. Os departamentos substituíram a cátedra como unidade de ensino e pesquisa, isto é, apresentou inovações organizativas e pedagógicas, principalmente no campo da independência científica e cultural (Lira, 2012).

> A UnB foi pioneira na ênfase funcional no ensino superior, operando um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país e na sua independência científica e cultural. Como um centro de renovação, a UnB passou também a ser reconhecida pela dinâmica das agitações políticas (p. 02).

A carreira docente, nesse contexto, congregaria professores titulares, adjuntos e assistentes contratados por tempo integral em regime de dedicação exclusiva. O percurso de implantação da UnB nos moldes do Plano Orientador, contudo, não se apresentou linear, pois esbarrou nas mudanças políticas ocorridas no Brasil a partir de 1964 (Germano, 2000). Vejamos, em seguida, como o Governo a partir do Golpe Militar utilizou da perspectiva que a sociedade vinha há um tempo buscando para a reforma da educação superior.

Ditadura Militar e a Reforma Universitária de 1968

Por décadas houveram discussões que pautavam a reestruturação do modelo de ensino superior público no Brasil e nesta seção vamos debater como foi instaurada a Reforma Universitária de 1968 no meio do turbilhão político do governo militar.

A modificação no cenário político ocorreu através de uma articulação entre militares e empresários que juntos planejavam o golpe civil-militar consumado em 1º de abril de 1964. O nacionalismo desenvolvimentista foi substituído por uma doutrina da interdependência. Assim, segundo Saviani (2008, p. 294)

> Consumou-se, desse modo, uma ruptura política, considerada necessária para preservar a ordem socioeconômica, pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico. [...] é inegável seu significado de "mudança política radical", atestada até mesmo pelo simples fato da permanência dos militares no poder por 21 anos, caso inédito na história política brasileira.

Com o Golpe de Estado de 1964, entre as intervenções militares, a Universidade estava em pauta, pois era nesse espaço que se encontravam os estudantes que compunham a UNE[14] e os professores que contrapunham o regime, ou seja, era um espaço daqueles que ficaram conhecidos como subversivos e assim como todos os demais deveriam ser reprimidos.

O Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES)[15], consequentemente, logo que consumado o golpe de 1964 iniciou a organização de um simpósio cuja temática central era a reforma da educação. A preparação ocorreu entre os meses de agosto a novembro culminando com o simpósio em dezembro de 1964 (Saviani, 2008).

O conteúdo principal a ser debatido no simpósio foi norteado por um documento básico que atendia essencialmente a educação como vetor do desenvolvimento econômico, considerando os investimentos no ensino como destinados a assegurar o aumento da produtividade e renda do país (Saviani, 2008).

Essa não era, todavia, a única tarefa a ser realizada pelo IPES no campo educacional, pois caberia também ao instituto a organização de outro evento de

[14] A UNE aglutinava no período um quantitativo importante de jovens que se organizavam em torno de pautas progressistas.

[15] Foi fundado em 29 de novembro de 1961 por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo articulados com empresários de multinacionais e com a Escola Superior de Guerra (ESG). Suas ações ideológicas, sociais e político-militar tinham uma base de doutrinação por meio de guerra psicológica e utilizavam como veículo os meios de comunicação de massa para desagregar as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares. O IPES se autodissolveu em junho de 1971, tendo atuado por uma década no Brasil (Saviani, 2008).

maior magnitude que foi um Fórum com tema "A educação que nos convém" ocorrido nos meses de outubro e novembro de 1968, no mesmo ano que seria aprovada a Reforma Universitária de 1968 (Saviani, 2008).

A UnB, criada em 1961, se tornou, com o golpe, o espaço onde diversas ações truculentas foram instauradas pelo governo militar. Tais ações eram inspiradas nas estruturas e modelo do ensino superior americano – "os colleges, graduate e teacher´s colleges" – com o objetivo de promover a modernização e expansão da universidade brasileira (Veras, 2014).

Para Veras (2014) estava claro que para o modelo organizacional e econômico adotado, o conteúdo da reforma se utilizou das experiências do modelo norte-americano, inclusive se vinculando "à subordinação da universidade ao capitalismo em seu matiz taylorista: organização e avaliação a partir da produtividade, organização racional do trabalho e das linhas de produção" (p. 98). Enquanto que para o âmbito político-pedagógico filiou-se a ideologia alemã e à sua concepção dual de universidade, esta liberal e autoritária.

Muitos dos professores e pesquisadores que compunham o núcleo científico que se iniciava na UnB foram afastados de suas atividades e a universidade viveu sérias crises entre 1964 e 1965 (Vieira, 1982). As duas primeiras invasões por parte da tropa militar aconteceriam na UnB, respectivamente, no dia 9 de abril de 1964 e no dia 8 de setembro de 1965.

A primeira invasão se deu apenas nove dias após o golpe militar, conforme documento publicado no site da UnB que descreve a história da universidade. Segue-se abaixo parte do texto:

> O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados. A biblioteca e os escritórios dos professores ficaram interditados por duas semanas. Depois dessa invasão, Anísio Teixeira e Almir de Castro foram demitidos. No

> lugar deles, o professor de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), Zeferino Vaz, foi nomeado reitor (Universidade de Brasília, 2017).

Em 1965, os professores entraram em greve como uma resposta às demissões arbitrárias dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas e no dia 11 de setembro de 1965 os estudantes aderiram ao movimento. O então reitor Laerte Ramos de Carvalho, diante disso, solicitou o envio de tropas militares ao Campus.

> Que ocupou o campus por mais de uma semana prendendo e espancando professores e alunos. Na ocasião, mais de 15 professores foram demitidos pelo reitor ou devolvidos à repartição de origem. Diante da situação reinante na UnB, em 19 de outubro de 1965, 210 professores, em sinal de protesto, se demitiram coletivamente (Germano, p. 107, 2000).

Diante do contexto turbulento, a partir de 1965, acordos foram firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, através do MEC e da USAID, para mudanças em todos os níveis de ensino e ficou conhecido como "Acordos MEC-USAID" (Saviani, 2008). Nesse período, assessores norte-americanos ficaram a serviço do MEC, como o Rudolph Atcon que se envolveu na definição da reforma universitária (Germano, 2000).

As normas preconizadas por este técnico do MEC-USAID tornaram-se conhecidas como o Relatório de Atcon (1966). Relatório que recaía sobre a necessidade de disciplinar a vida acadêmica coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. A ação dos técnicos norte-americanos no Brasil provocou debates, mobilizações dos estudantes e de professores por entenderem que fora do processo de discussões a ação MEC-USAID seria o ponto máximo da escalada cultural norte-americana no país (Vieira, 1982).

Posteriormente, em 1968, nova crise interferiria no processo de implantação da universidade, assim desviando-a de seu curso inicial e caracterizando a invasão mais violenta na UnB.

> Os alunos protestavam contra a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, assassinado por policiais militares no Rio de Janeiro. Cerca de 3 mil alunos reuniram-se na praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete. Esse foi o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, entre eles, Honestino Guimarães. Com o decreto, agentes das polícias Militar, Civil, Política (Dops) e do Exército invadiram a UnB e detiveram mais de 500 pessoas na quadra de basquete. Ao todo, 60 delas acabaram presas e o estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça, tendo passado meses em estado grave no hospital (Universidade de Brasília, 2017).

Também, em 1968, por designação do presidente Costa e Silva, foi elaborado um Grupo de Trabalho (GT), instituído pelo decreto nº 62.937 de 2 de julho de 1968, que tinha por objetivo estudar a Reforma Universitária Brasileira focando especificamente em eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos para o desenvolvimento do país (Trindade, 2007). Tendo como temas "a institucionalização do ensino superior e administração da universidade; a organização didático-científica, magistério, estratégia da implantação da pós-graduação, recursos para educação e expansão do ensino superior e a representação estudantil" (Lira, 2012, p. 02).

Esse GT construiu um relatório com base nas diretrizes apresentadas acima o que tornou este documento um dos mais importantes sobre a reforma. Com trinta dias de prazo para a entrega deste relatório, o GT iniciou suas atividades no dia 10 de julho de 1968. Ele foi composto por onze[16] membros designados pelo Presidente Costa e Silva e Ministro da Educação Tarso Dutra (Trindade, 2007). Os estudantes não participaram, como também, os professores, organizações e associações de classe apenas enviaram sugestões para a comissão. Em resumo, na avaliação de Lira (2012, p. 03)

[16] Membros do GT: Tarso Dutra, presidente, Antônio Moreira Couceiro, Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, Haroldo Leon Perez, João Carlos Moreira Bessa, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Paulo Bouças, Roberto Spencer Maciel de Barros e Valnir Chagas (Trindade, 2007, p. 47).

> [...] a reforma foi um assunto de gabinete, o próprio presidente decretou o início dos trabalhos depois dos pareceres de uma comissão mista (MEC-USAID[17]), cujas recomendações não foram colocadas a público e nomeou um grupo de trabalho de dez pessoas. Não houve debate aberto sobre a questão. A reforma e os meios de comunicação só serviram para divulgar os resultados. Os estudantes e os professores, na prática, não participaram do debate.

O conjunto de relatórios que previam mudanças administrativas e didático-pedagógicas não eram apenas resultantes do relatório do GT, mas compunha também relatórios e diretrizes elaborados por consultores americanos da USAID, relatórios de militares e o relatório do consultor Rudolph Atcon. Paralelo a isso, em 1968, foi criado o Sistema Nacional de Informação (SNI) para vigilância e controle social, entre outros órgãos de repressão e controle (Veras, 2014).

Segundo Saviani (1991), os militares do golpe de 1964 se empenharam no processo de modernização acelerada do país, para tanto, as diversas intervenções que se deram nas universidades em todo território nacional foram necessárias para que a população fosse marginalizada das decisões.

É mister, pois, acrescentar que adotou-se no campo educacional a diretriz segundo a qual as decisões relativas à educação não competem aos educadores, esses apenas podiam executar as medidas destinadas a enquadrar a Educação nos objetivos da modernização acelerada (Saviani, 1991).

Com a Lei nº 5.540/68 e decretos complementares a Reforma Universitária entrou em vigor. Apesar de terem incorporado alguns dos pontos defendidos pelos estudantes, por exemplo, mudanças como no regime departamental e o fim das cátedras, se distanciavam bastante das reivindicações dos mesmos, no período pré-golpe.

Dentro da visão funcionalista tomada pelos técnicos da ditadura para a resolução da questão educacional, passaram a ser adotados os princípios

[17] Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da United States Agency for International Development (USAID)

empresariais para o projeto de "modernização" do ensino. Tais princípios buscavam aplicar a lógica das empresas privadas, fundamentada nos preceitos de produtividade e racionalização dos recursos, às instituições de ensino. Estas reformas foram impostas de forma autoritária, sem a participação dos demais setores da sociedade, e procuraram adequar o sistema educacional brasileiro ao projeto de desenvolvimento econômico da ditadura.

Ao exemplo do que podemos encontrar no artigo 15 da lei, "os setores ligados à indústria obtiveram garantia de participação no Conselho de Curadores, que era especializado nas funções orçamentarias de fiscalização econômico-financeira das universidades (Lira, 2012, p. 05).

Seguindo com uma tradição autoritária, no artigo 16, os reitores e vice-reitores, como diretores e vice-diretores eram escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário e nomeados pelo Governo (Lira, 2012). Herança da ditadura que encontra-se ainda nos estatutos de algumas universidades na atualidade.

Como parte desta inserção dos empresários na tomada de decisões na administração das universidades, através da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os industriais propuseram a criação de cursos de curta duração, os quais poderiam ser finalizados em 2 anos, e estivessem ligados as necessidades de formação de gerentes e tecnólogos. Além de responder a uma demanda do setor empresarial, abria-se uma real expansão do ensino superior privado por estes serem cursos superiores de baixo custo (Lira, 2012).

Isso também, foi possível porque na Constituição de 1967, no período do regime militar, a vinculação orçamentária que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar recursos para a educação foi eliminada. Um percentual que foi instituído desde a Constituição de 1934 desconfigurou-se na agenda de mudanças do Governo Militar.

> A Constituição de 1934 havia fixado 10% para a União e 20% para estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para estados e municípios e elevou o percentual da União para 12%. A Emenda Constitucional n. 1, baixada pela Junta Militar em 1969, [...]restabeleceu a vinculação de 20%, mas apenas para os municípios (Saviani, 2008, p. 298).

E qual foi a consequência da exclusão desta vinculação orçamentária? Podemos identificar que resultou na redução progressiva dos recursos que o Governo Federal repassava à educação. Segundo Saviani (2008) em 1970 este recurso reduziu para 7,60%, em 1975 para 4,31%, recuperando-se um pouco em 1978 passando a 5,20%. Ainda assim seria praticamente metade do que era repassado antes da desvinculação.

Esse ajuste e redução dos recursos previstos na Constituição de 1967 abriu caminho claramente para a iniciativa privada, pois em um de seus artigos referia que o ensino seria livre à iniciativa privada e ainda podendo ter amparo técnico e financeiro advindo dos Poderes Públicos (Saviani, 2008).

Esse advento possibilitou que nos primeiros anos de expansão houvesse um quadro crescente de precarização, essa provocada pela baixa das verbas do MEC no orçamento da União. A redução de 11% para 7,5%, entre os anos de 1964 e 1968 levou as universidades federais sofrerem uma redução orçamentária de mais de 30% (Veras, 2014).

O Governo Militar utilizava-se de um crescimento na esfera quantitativa do Ensino Superior no Brasil para garantir a credibilidade da política educacional escolhida para a sociedade naquele período. Com isso, Saviani (2008, p. 300) relata que

> [...] entre 1964 e 1973, enquanto o ensino primário cresceu 70,3%; o ginasial, 332%; o colegial, 391%; o ensino superior foi muito além, tendo crescido no mesmo período 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 a 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222, enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663.

É fato que se a tendência privatizante não era novidade no período da ditadura, mas esta, se acentuou e agravou-se no decorrer de vigência do regime. Destarte, podemos dizer que a rede particular ganhou tamanho por meio do estrangulamento imposto na rede pública durante décadas do Governo Militar (Lira, 2012).

Através dos diversos relatórios, do empenho de setores empresariais e militares em formular uma política educacional que possibilitasse o crescimento econômico para um determinado setor os objetivos traçados foram "formar recursos humanos para o mercado de trabalho de profissionais qualificados, absorvendo uma parte dos candidatos no vestibular para as universidades oficiais e abrindo um campo de exploração para as instituições privadas (Lira, 2012, p. 08).

Por fim, o Brasil soma um histórico fadado de regulação por regimes autoritários que organizam o sistema de ensino do país, como a estrutura que vigorou até a década de 1960 instituída pelo Estado Novo e logo depois novamente com medidas autoritárias se instaura uma política educacional com nova roupagem, mas com prioridades antigas e desiguais.

Considerações Finais

A universidade contemporânea é complexa e contraditória tanto quanto o desenvolvimento histórico, político, social e econômico do nosso país. Herdamos das reformas universitárias anteriores a ruptura com o autoritarismo, a resistência cotidiana, algumas possibilidades de autonomia, mas também herdamos diversos aspectos do modelo autoritário e do modelo liberal americano.

Ainda hoje temos universidades no Brasil que seguem o molde autoritário de escolha do maior dirigente da administração acadêmica, o cargo de reitor, como a lista tríplice indicada pelo conselho universitário para que o governante estadual ou federal possa decidir quem assume a posição de direção

da universidade, sem nem ao menos uma consulta aos professores, estudantes e servidores.

Pudemos observar em nossa investigação que desde a reforma da década de 1930 que instituiu um modelo autoritário, passando pelos anos 1940 até idos de 1960 com a forte influência americana expressos pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1947), criação do CNPQ (1950), o papel desempenhado pela CAPES a partir de 1951 e a fundação da UnB (1961), o maior interesse relacionado a universidade era a eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos para o desenvolvimento do país com a potencialização da indústria para o desenvolvimento econômico.

Para pôr em prática a maior parte do que relatamos acima, a ditadura imposta como regime político nos anos de 1960 foi conduzida por importantes setores do empresariado nacional com apoio internacional e, por isso, ficou conhecido como Ditadura Civil-Militar Brasileira. Tal regime conseguiu impor a subordinação da universidade ao matiz taylorista do capitalismo com sua lógica de hiperprodutividade.

Fica evidente para nós que a cultura de hiperprodutividade dos alunos e professores das universidades brasileiras e seu consequente afastamento dos processos decisórios mais importantes como a condução política e econômica de tal instituição, foi estabelecida por esse longo processo de condução política dos governos aliados ao empresariado para tirar o maior proveito possível da universidade se contrapondo a um modelo mais amplo, acessível e democrático.

Não é ao acaso que a Capes ainda hoje, no século XXI, determina os rumos organizativos, políticos e econômicos da universidade com base na lógica do produtivismo e da meritocracia ao mesmo tempo em que se mantem uma dinâmica autoritária na escolha dos dirigentes dessa instituição, como é o exemplo das universidades federais em a direção da reitoria é escolhida após consulta ampla, mas sem compromisso em manter o voto da maioria.

Outro aspecto de grande importância a ser considerado como fruto das reformas universitárias, especialmente a de 1968, é a combinação da tendência de privatização do ensino superior e a tendência da redução dos investimentos[18] na universidade pública.

Na atualidade é comum atribuir a expansão do ensino superior, via ampliação do número de faculdades e universidades privadas, aos governos pós redemocratização do Brasil, particularmente aos governos Lula e Dilma. Consideramos crucial compreender que tal expansão tem seu início bem antes desses governo e que faz parte de uma agenda liberal que contribui para o avanço da privatização do ensino superior.

A ampliação do acesso ao ensino superior não é uma prerrogativa dos governos ditos populares, mas uma necessidade de desenvolvimento dos princípios empresariais e seu projeto de "modernização" do ensino, aplicando a lógica das empresas privadas, fundamentada nos preceitos de produtividade e racionalização dos recursos.

Essa investigação nos possibilitou conhecer as bases da política educacional para o ensino superior no Brasil que foram erigidas no período da ditadura militar brasileira. A intenção desse artigo é dar início a uma série de estudos que propomos para, passo a passo, conhecer a fundo a essência da política educacional para o ensino superior brasileiro na atualidade e identificar os interesses a que esta política está endereçada.

Referências

ARAÚJO, R. D. O movimento estudantil nos tempos de Barbárie: **a luta dos estudantes da UECE em defesa da Universidade Pública**. Tese de doutorado. UFC, 2006.

AVRITZER, L. **A crise na universidade**. Belo Horizonte (mimeo), 2002.

AZEVEDO, L. R. **O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do século XX.** ECCON, v.1, n.2, p. 7-22, jul/dez, 2010.

[18] Em 2017 o Brasil sofreu o terceiro maior corte de sua história na Educação. Conferir em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/04/01/internas_economia,585320/educacao-perde-r-4-3-bilhoes-com-corte-no-orcamento.shtml

COSTA, C. G. F e SERGL, M. J. A música na ditadura militar brasileira – Análise da sociedade pela obra de Chico Buarque de Holanda. **Revista Iniciação Científica**. Ano I, nº 1, pg. 35-40, Agosto, 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8costa_artigo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**. Rio de janeiro: ed. Francisco Alves, 1988.

FIGUEIREDO FILHO, C. R. ESG e Estadão em 1964: limites autoritários do liberalismo**. Revista Adusp**, maio, 2005. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a12.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LIRA, A. T. N. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 15., 2012. **Anais...** São Gonçalo: UERJ, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, B. A. DE. **O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior**. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1981.

TRINDADE, H. Reforma universitaria en Brasil: el desafio del gobierno de Lula. **Espacio Abierto**. Vol. 16, n. 01. Maracaibo: Universidade del Zulia, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12216102>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Invasões históricas**. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www2.unifap.br/alexandresantiago/files/2012/03/Normas-da-ABNT.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VIEIRA, S. L. **O (dis)curso da (re)forma universitária**. Fortaleza. Ed. Universidade Federal do Ceará/PROED, 1982.

VERAS, D. B. O ensino superior brasileiro nos anos de ditadura: a reforma universitária e a revista de cultura da UFPE (1964-1968). **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 25, p. 94-106, dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/176>. Acesso em: 20 dez. 2017.

PERISSINOTTO, R. O conceito de estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. **Revista Sociologia e Política,** Curitiba , v. 22, n. 52, p. 59-75, Dec. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Jan. 2018.

SAVIANI, D. **Ensino Público e algumas falas sobre Universidade**. 5º ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, Campinas , v. 28, n. 76, p. 291-312, Dez. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Jan. 2017.